

INFOCIRM

Brasília - DF, MAI 2025
V.37 N. 1



ONU reconhece Margem Equatorial **Brasileira**



360 mil km²

Cadeia Norte-Brasileira

Atol das Rocas



2025

**Ano Internacional
da Preservação das Geleiras**

ÍNDICE



4 Ministro da Defesa participa da reunião da CIRM.



6 Presidência da República aprova o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar.

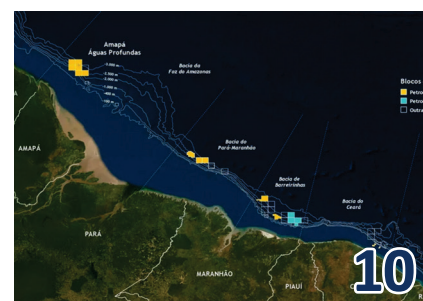
8 Marinha, ANP e Petrobras reafirmam parceria.



9 Brasileira assume cargo de Secretária-Geral da ISA.

10 ONU aprova nova Margem Equatorial brasileira.

12 Webinário sobre o Projeto-Piloto do Planejamento Espacial Marinho da Região Sul do Brasil.



13 OCEATLAN XXI - Reunião da Aliança Regional para a Oceanografia no Atlântico Sudoeste Superior e Tropical.

14 CEPE-MB promove seminário sobre Fundos Marinhos.

15 O retorno das visitas institucionais à Estação Antártica Comandante Ferraz.



16 Marinha e Universidade Federal do Espírito Santo firmam nova parceria para fortalecer pesquisas científicas na Antártica.

18 Operação Antártica 2024/2025: ciência brasileira conclui mais um capítulo.

19 Brasil é o primeiro país a assumir o compromisso de incluir a cultura oceânica em seu currículo escolar.



**MARINHA
DO BRASIL**

INFOCIRM Expediente

Publicação quadrimestral da SECIRM desde 1986

Realização: Promoção da Mentalidade Marítima - PROMAR

Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM

Secretário da CIRM: Contra-Almirante Ricardo Jaques Ferreira

Secretário-Adjunto da CIRM: Capitão de Mar e Guerra Márcio Borges Ferreira

Assessor para o PROMAR: Capitão de Mar e Guerra (RM1) Marcello Ferreira da Cruz

Editoração: SO-AR Edilon, SO-Refº-FN-ES Manoel e 3ºSG-CL Josenilda

Esplanada dos Ministérios - Bloco N - Anexo B - 3º andar - Brasília - DF - CEP: 70055-900

Fone: (61) 3429-1637 E-mail: secirm.promar@marinha.mil.br

<http://www.marinha.mil.br/secirm>

As matérias assinadas não representam, necessariamente, a opinião do INFOCIRM.

Tiragem: 500 exemplares impressos e 45.000 enviados por e-mail.



Comissão Interministerial
para os Recursos do Mar



Ministro da Defesa participa da reunião da CIRM



Ministro da Defesa na 215ª Reunião da CIRM.

O Ministro de Estado da Defesa, Sr. José Mucio Monteiro Filho, prestigiou e participou da 215ª reunião da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). O evento, que ocorreu no dia 28 de novembro de 2024, contou com a presença de representantes de dezoito Ministérios componentes da Comissão. Na ocasião, o Coordenador da CIRM, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, apresentou ao Ministro as finalidades e desafios dos Programas, Planos e Ações coordenadas pela Comissão: o Programa Antártico brasileiro (PROANTAR); o Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC); e o

Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). Além disso, durante a reunião o Secretário da CIRM, Contra-Almirante Ricardo Jaques Ferreira, destacou a importância e o andamento da implementação do Planejamento Espacial Marinho (PEM). Na sua exposição, explicou que o objetivo da Secretaria da CIRM (SECIRM) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), como coordenadores do PEM, é garantir que o ordenamento ocorra por meio de um processo participativo de alocação temporal e espacial das atividades humanas em áreas marinhas, para alcançar objetivos econômicos, sociais e ecológicos,

com a expectativa de conferir segurança jurídica aos atuais e futuros usos do mar e trazer qualidade socioambiental para os brasileiros. Ao término de sua participação na reunião, o Ministro mencionou que **“nós temos procurado conquistar o espaço e a Lua, e intencionamos chegar à Marte, mas conhecemos pouco o mar”**. Registrou, ainda, a sua satisfação em ver uma comissão cuidando desse bem que possui um grande potencial econômico para o Brasil. Citou os avanços em relação às pesquisas no mar por outros países e a necessidade de nos equipararmos a eles.



Representantes dos Ministérios no plenário da CIRM, em Brasília (DF).

Geobiodiversidade e Planejamento Espacial no Arquipélago de São Pedro e São Paulo

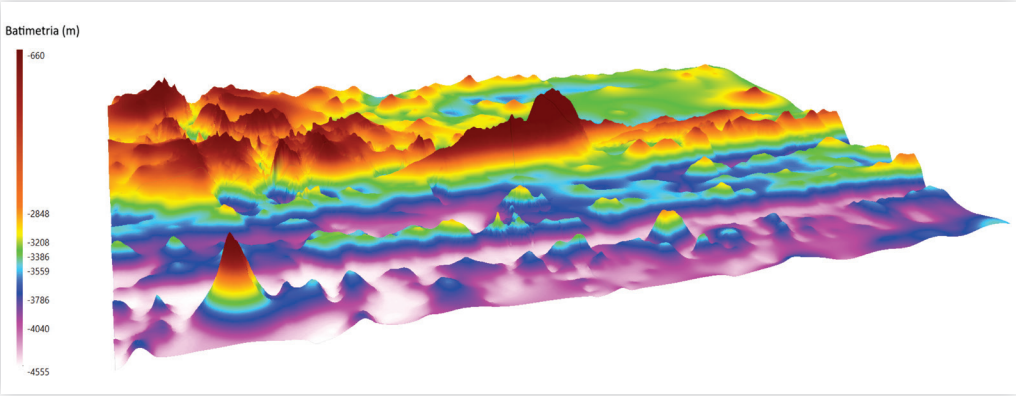


A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), por meio da Resolução nº 001, de 11 de dezembro de 1996, aprovou o Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO) e, na sequência, em 25 de junho de 1998, consolidava-se a habitação permanente daquele distante Arquipélago com a inauguração de sua Estação Científica. Passados 27 anos desse importante marco para o Brasil, o projeto "Desenvolvimento de Tecnologias, Geobiodiversidade e Interações Oceanográficas e Climáticas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo" busca fornecer informações essenciais para a atualização da topografia e geomorfologia do relevo submarino no entorno do arquipélago. Além disso, pretende realizar um amplo inventário da geobiodiversidade de organismos marinhos em profundidades de até 200 metros. Esse projeto, iniciado em dezembro de 2024, é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coor-

denado pelo Prof. Marcelo Francisco de Nóbrega, do Laboratório de Avaliação e Geoprocessamento de Estoques Pesqueiros, do Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Também participam como colaboradores a Prof^a. Tereza Cristina Medeiros de Araújo da UFPE, o Prof. Jorge Eduardo Lins Oliveira, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e a Prof^a. Cristina Engel de Alvarez, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) dispõe de duas cartas náuticas elaboradas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), da Marinha do Brasil, em escalas 1:20.000 e 1:1.000. Essas cartas representam as melhores informações batimétricas disponíveis para a região e, historicamente, têm sido fundamentais para a navegação nesse estratégico ponto do território brasileiro. Dando sequência a esse importante trabalho desenvolvido pela DHN, o presente projeto busca atualizar a batimetria do

ASPSP, abrangendo profundidades de até 500 metros. Esse avanço permitirá a elaboração de plantas topográficas mais precisas do entorno do arquipélago, aprimorando o conhecimento sobre a região. Além disso, encontram-se em desenvolvimento equipamentos de vídeo monitoramento com sensores oceanográficos que possibilitarão um inventário detalhado da geobiodiversidade e das interações oceanográficas, registrando a distribuição e o comportamento dos organismos marinhos em profundidades de até 200 metros. Os estudos em andamento, portanto, gerarão subsídios essenciais para a gestão ambiental e contribuirão para o desenvolvimento de um planejamento espacial sustentável, uma vez que se busca equilibrar o desenvolvimento econômico e tecnológico com a conservação desse estratégico e importante ponto do território brasileiro.

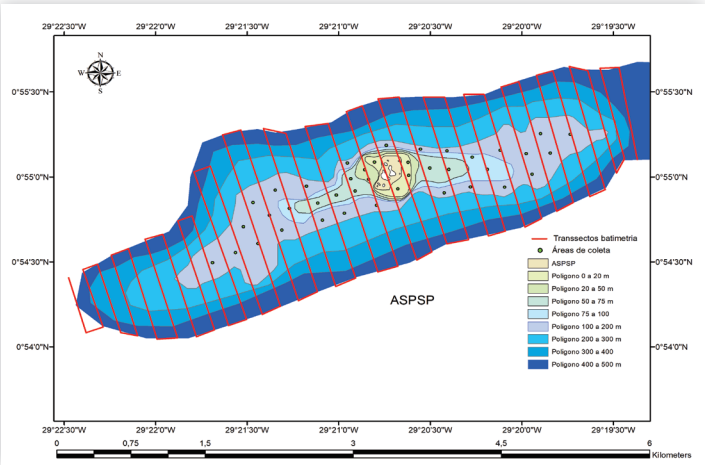
Por: Prof. Marcelo Nóbrega.



Cartografia de interpolação em modelo tridimensional dos dados do GEBCO no entorno do ASPSP. Foto: Marcelo Nóbrega.



Equipamento com cinco câmeras e sensores oceanográficos para o levantamento da geobiodiversidade e características oceanográficas.



Mapa do transecto de 52 km que será realizado para atualização das batimetrias.



Imagens captadas na enseada do ASPSP.

XI Plano Setorial para

Presidência da República aprova o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar

O Plano Setorial para os Recursos do Mar, com vigência plurianual, tem o propósito de contribuir para a consecução dos objetivos estabelecidos na Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), por intermédio de ações conduzidas e coordenadas por representantes dos ministérios, da comunidade científica e pela Marinha do Brasil. O Plano mantém o modelo de gestão participativa integrada por ministérios, órgãos de fomento, comunidade acadêmica e científica e iniciativa privada, contribuindo para a promoção da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico, da conservação, da exploração sustentável dos recursos vivos e não vivos marinhos, do ordenamento e governança do espaço marinho brasileiro e do monitoramento efetivo da Amazônia Azul. Isso possibilita o desenvolvimento da Economia Azul, gerando emprego e renda, além de inúmeros outros benefícios para toda a sociedade brasileira, bem como concorre para a sustentabilidade dos oceanos.

Considerando o término da vigência do X PSRM

em dezembro de 2023, houve a necessidade de elaboração do XI PSRM, a vigorar de 2024 a 2027. A sua elaboração foi coordenada pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e realizada a partir da atualização do X PSRM, adequando-o às demandas atuais. Assim, foram realizadas múltiplas análises e consideradas as sugestões encaminhadas pelos membros da Subcomissão para o PSRM, instituições de pesquisa, da comunidade científica e de órgãos parceiros, permitindo a formulação de uma proposta que foi aprimorada com contribuições derivadas de diversas reuniões.

Após ser submetido à apreciação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), em 7 de novembro de 2023, o XI PSRM foi aprovado pelos seus representantes, por meio da Resolução nº 6/CIRM/2023. Posteriormente, foi submetido à Presidência da República, culminando com a publicação do decreto de aprovação em janeiro de 2025.

O XI PSRM coaduna-se com a Estratégia Federal



de Desenvolvimento para o Brasil, relativa ao período de 2020 a 2031, e mantém conexão com o Plano Plurianual 2024-2027 do Governo Federal, além de servir como instrumento de comunicação à sociedade das ações governamentais relativas ao ambiente marinho e aos recursos do mar.

O Decreto nº 12.363, de 17 de janeiro de 2025, da Presidência da República, que aprovou o XI Plano Setorial para os Recursos do Mar, encontra-se disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12363.htm.

Conheça o
PSRM



os Recursos do Mar

AÇÕES DO XI PSRM:



1. Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas - PROILHAS (Organização coordenadora: Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar);



2. Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha - REVIMAR (Organização coordenadora: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima);



3. Aquicultura e Pesca - AQUIPESCA (Organização coordenadora: Ministério da Pesca e Aquicultura);



4. Economia Azul (Organização coordenadora: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação);



5. Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira - REMPLAC (Organização coordenadora: Ministério de Minas e Energia);



6. Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial - PROAREA (Organização coordenadora: Ministério das Relações Exteriores);



7. Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima - GOOS-Brasil (Organização coordenadora: Marinha do Brasil, por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação);



8. Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar - PPG-Mar (Organização coordenadora: Ministério da Educação);



9. Planejamento Espacial Marinho - PEM (Organizações coordenadoras: Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima);



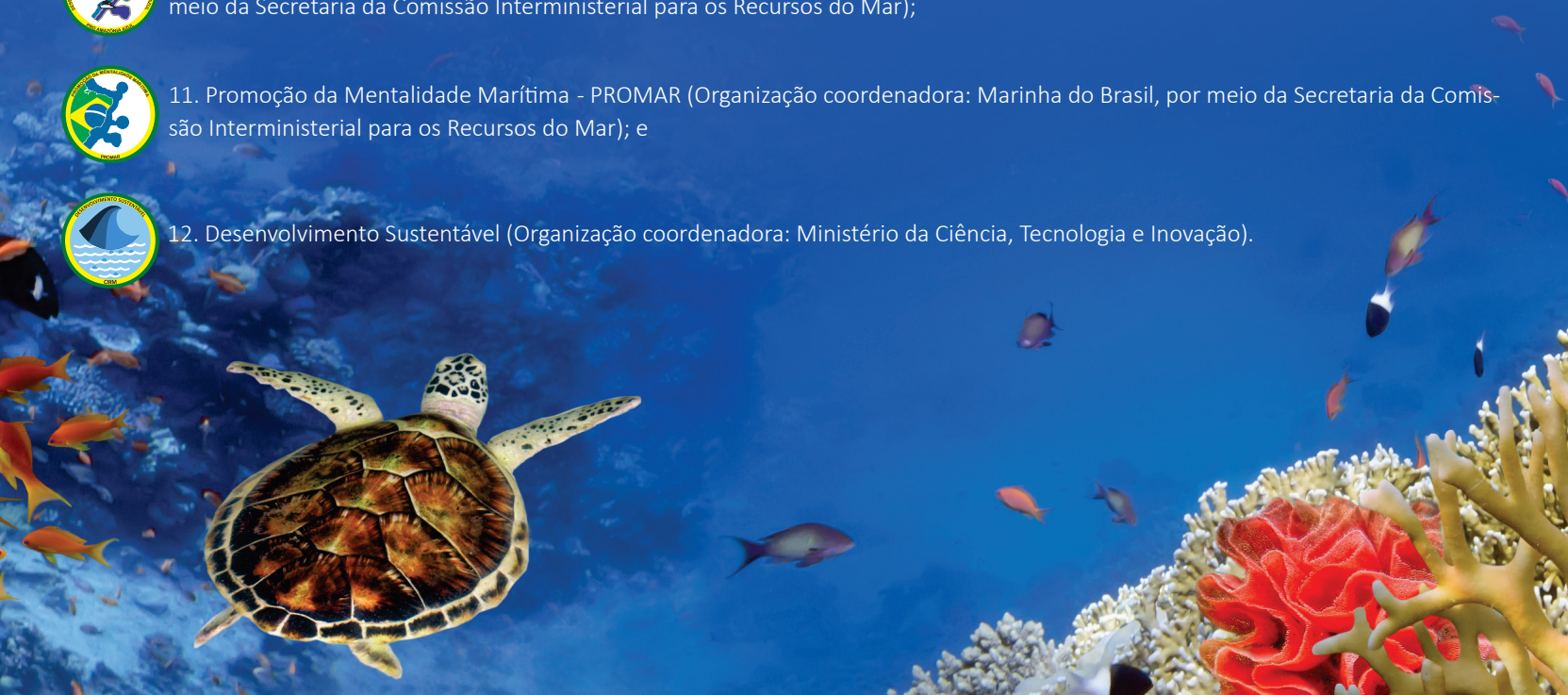
10. Desenvolvimento e Uso Sustentável da Amazônia Azul - PRO AMAZÔNIA AZUL (Organização coordenadora: Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar);



11. Promoção da Mentalidade Marítima - PROMAR (Organização coordenadora: Marinha do Brasil, por meio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar); e



12. Desenvolvimento Sustentável (Organização coordenadora: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação).



Marinha, ANP e Petrobras reafirmam parceria

A Marinha do Brasil (MB), por intermédio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), e a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) firmaram parceria, em NOV/2024, para a continuação da realização das missões científicas que são desenvolvidas na Amazônia Azul e no Continente Antártico. Esta parceria tem o aval da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e de Biocombustíveis (ANP), contando com a importante participação da Fundação de Estudos do Mar (FEMAR) como interveniente financeiro.

O Brasil, na condição de País Atlântico, com uma expressiva área marítima, conhecida como Amazônia Azul, rica em óleo, gás natural e minerais, e com biodiversidade exuberante, vem estabelecendo estratégias de exploração sustentáveis, baseadas no conhecimento científico produzido. Para isso, o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), coordenado pela SECIRM, por meio de seus diversos Programas, tem o objetivo de conhecer e avaliar as potencialidades do mar, bem como monitorar os recursos vivos e não vivos e os fenômenos oceanográficos e do clima das áreas marinhas sob jurisdição e de interesse nacional, visando à gestão, ao uso sustentável desses recursos e à distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados dessa utilização. Assim, a extensa área marítima brasileira possui uma importância inquestionável, seja pelo fato de ser a principal via de transporte do comércio exterior do País ou pe-

las riquezas de seus recursos naturais, dos quais advém significativa necessidade de levantamentos de valor científico estratégico.

Por outro lado, a relativa proximidade da região antártica (o Brasil é a sétima nação mais próxima), e as influências dos fenômenos naturais que lá ocorrem sobre o território nacional, justificam plenamente o histórico interesse brasileiro sobre o continente austral. Essas circunstâncias, além de motivações estratégicas, de ordem geopolítica e econômica, foram fatores determinantes para que o País aderisse ao Tratado da Antártica, em 1975, e desse início ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), em 1982. Desde então, a comunidade científica nacional passou a ter a oportunidade de participar em atividades que, com a pesquisa do espaço e do fundo oceânico, constituem as últimas grandes fronteiras da ciência internacional. Cabe ressaltar que os parceiros que contribuem com a pesquisa na Antártica, único local do planeta ainda preservado em termos de exploração econômica pelo homem, têm sua imagem diretamente relacionada à conservação ambiental, sendo a preservação do meio ambiente a tônica entre os diversos atores envolvidos.

Tratam-se, portanto, de um Plano e um Programa que implicam em inúmeros desdobramentos e ações que, invariavelmente, contam com o suporte técnico e logístico da MB e interveniência financeira da FEMAR, sendo latente a manutenção

do *status quo* das atividades supracitadas desenvolvidas no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), as quais visam à consolidação de estratégias para o mar estabelecidas pelo Estado brasileiro, que geram, como resultados, benefícios que vão desde a formação e qualificação de recursos humanos e o fomento às atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, até o desenvolvimento econômico em larga escala.

O Termo de Cooperação firmado entre as instituições garante por mais três anos o apoio da PETROBRAS às missões científicas do PSRM e do PROANTAR, que são coordenadas pela Secretaria da CIRM. O projeto resultante da parceria utiliza recursos da Cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da ANP, os quais são operacionalizados pela FEMAR para a aquisição, recebimento e distribuição de insumos diversos que constituem fator primordial para o sucesso e bom andamento das pesquisas científicas.

Esses recursos possibilitam a aquisição de equipamentos e o emprego dos meios navais necessários para o desenvolvimento das pesquisas científicas na Amazônia Azul e no Continente Antártico.

A histórica parceria entre MB, PETROBRAS, ANP e FEMAR tem o reconhecimento de toda a comunidade científica, destacando o Brasil no concerto das nações e contribuindo para a consolidação da soberania na Amazônia Azul.



Comando do 4º Distrito Naval realiza seu 1º Simpósio de Mentalidade Marítima



Comandante de Operações Navais, Almirante de Esquadra Claudio Henrique Mello de Almeida, durante o Simpósio.

Em seu recém-inaugurado auditório, o Comando do 4º Distrito Naval realizou seu 1º Simpósio de Mentalidade Marítima, na cidade de Belém (PA). O evento, que ocorreu no dia 14 de fevereiro, contou com a presença de membros da comunidade marítima local, especialistas, profissionais e estudiosos do setor para discutir e refletir sobre os desafios, oportunidades e a importância estratégica da temática na atualidade.

Com o intuito de chamar a atenção de todos daquela região para os assuntos do mar, foram proferidas palestras sobre os desafios da oceanopolítica global, a importância do mar e da pesquisa

oceânica para o Brasil e o emprego da energia nuclear nos ambientes marítimo e fluvial.

Por meio de uma videoconferência com o Chefe da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), os presentes no auditório puderam interagir com a Casa do Brasil na Antártica, um centro de excelência dedicado a pesquisas que abrange desde os impactos das mudanças climáticas até a biodiversidade em um dos ecossistemas mais inóspitos e fascinantes do planeta. A plateia pôde conhecer as instalações inovadoras da Estação, que incluem uma moderna ala de laboratórios, matriz energética diversificada, fornecimento de água potável,

tratamento de resíduos e alojamentos seguros e confortáveis.

Além disso, um óculos de realidade virtual foi disponibilizado para que o público pudesse realizar um passeio virtual pelo Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPP) e contemplar a riqueza da fauna naquela região remota do Brasil, que possui potencial para o desenvolvimento de pesquisa nos mais variados ramos da ciência oceânica, tendo em vista o seu raro processo de formação geológica.

Brasileira assume cargo de Secretária-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos

O Brasil, como estado parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, é um dos 169 membros que tem assento na Assembleia da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA). A partir do dia 1º de janeiro deste ano, a brasileira Letícia Reis de Carvalho assumiu o Cargo de Secretária-Geral, primeira mulher eleita na história da ISA. Sua reconhecida experiência em governança ambiental global, negociações multilaterais e inovação regulatória será de extrema importância para conduzir as atividades da ISA, onde diversos assuntos de importância vem sendo tratados, com destaque para o prosseguimento das discussões que visam avançar no projeto de regulamentação para a exploração de recursos minerais na área internacional dos fundos marinhos (a Área). Sob a liderança da brasileira, ocorreu a primeira parte da 30ª Sessão da ISA, no período de 3 a 28 de março de 2025.

Dentre os demais órgãos que compõem a Autoridade, estão o Conselho, que é o órgão executivo da Autoridade, e a Comissão Jurídica e Técnica (CJT), que assessora o Conselho. A participação do Brasil nesses órgãos é de grande relevância para a defesa dos interesses nacionais na Área. O Brasil vem sendo eleito como membro do Conselho desde o ano de 2005 e tem um perito eleito para a CJT desde o ano de 2000.



Sra. Letícia Reis de Carvalho durante a 30ª Sessão da ISA.



ONU reconhece Mar

Brasil amplia sua área marítima: a conquista da Margem Equatorial

O Brasil acaba de alcançar uma vitória histórica na ampliação de sua Plataforma Continental. Em fevereiro deste ano, a ONU reconheceu a inclusão da Margem Equatorial à área marítima brasileira, consolidando o direito soberano do País sobre o leito e o subsolo marinho em uma área de aproximadamente 360.000 km² – o equivalente ao tamanho da Alemanha. Esse marco fortalece a posição geopolítica do Brasil no Atlântico Sul e abre novas perspectivas para exploração sustentável de recursos naturais.

A decisão foi anunciada durante a 63ª Sessão da Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), órgão técnico das Nações Unidas criado a partir da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), conhecida como "Lei do Mar". Foram sete anos de intensas análises, apresentações e debates entre os especialistas do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) e os peritos internacionais para que o pleito fosse atendido, representando um marco para a definição das fronteiras marítimas brasileiras.



O que significa essa conquista para o Brasil?

A Margem Equatorial brasileira estende-se além das 200 milhas náuticas (cerca de 370 km) da linha de base, desde a foz do Rio Oiapoque (AP) até o litoral norte do Rio Grande do Norte. A área abrange importantes bacias sedimentares ricas em petróleo e outros recursos naturais estratégicos. Com essa ampliação, o Brasil passa a exercer direitos soberanos sobre a exploração do leito marinho e seu subsolo, garantindo relevantes vantagens socioambientais e econômicas.

O papel do LEPLAC na definição dos limites marítimos

Instituído em 1989 pelo Decreto nº 98.145, o LEPLAC é um programa de Estado que tem como missão estabelecer juridicamente os limites exteriores da Plataforma Continental brasileira. Coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, o programa conta com a participação da Marinha do Brasil e de ministérios afins, como os da Defesa; Minas e Energia; e Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, recebe apoio técnico fundamental da Petrobras e do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), bem como apoio relevante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da empresa TGS do Brasil.



gem Equatorial brasileira



Diretor de Hidrografia e Navegação, Vice-Almirante Marco Antônio Linhares Soares, com a comitiva brasileira na ONU.

Expansão contínua: novos desafios à frente

A aprovação da Margem Equatorial foi mais uma vitória na ampliação de nossa Amazônia Azul. No dia 26 de fevereiro, a Delegação Brasileira apresentou à CLPC a submissão referente às Margens Oriental e Meridional, uma região ainda mais extensa, com mais de 1.500.000 km². Esse novo processo, agora em análise, poderá representar um ganho ainda maior para o Brasil em termos de soberania marítima e potencial socioambiental e econômico.

Ao longo de décadas, diplomatas, cientistas, pesquisadores e militares da Marinha do Brasil dedicaram-se intensamente a essa missão. A coleta de dados no mar, a análise geológica minuciosa e as articulações diplomáticas foram essenciais para garantir que o Brasil consolidasse seu direito sobre essas áreas estratégicas.

Brasil, um Estado marítimo em ascensão

Mais do que uma conquista territorial, a ampliação da Plataforma Continental reforça o protagonismo do Brasil no cenário internacional. O País não apenas amplia suas fronteiras marítimas, mas também fortalece sua posição geopolítica no Atlântico Sul.

Com planejamento estratégico e diplomacia eficaz, o Brasil segue avançando na consolidação de sua soberania marítima, garantindo que as futuras gerações possam se beneficiar dos recursos de suas águas jurisdicionais. A história está sendo escrita no mar, e o Brasil, cada vez mais, assume o leme de seu destino oceânico.

Com planejamento estratégico e diplomacia eficaz, o Brasil segue avançando na consolidação de sua soberania marítima, garantindo que as futuras gerações possam se beneficiar dos recursos de suas águas jurisdicionais. A história está sendo escrita no mar, e o Brasil, cada vez mais, assume o leme de seu destino oceânico.



Representante permanente do Brasil junto à ONU, Embaixador Sérgio França Danese

"A confirmação da extensão da plataforma continental brasileira, em sua margem equatorial, evidencia a importância do conhecimento científico, da diplomacia e do direito internacional. É também resultado de coordenação minuciosa e de trabalho conjunto, liderado ao longo de anos pela Marinha do Brasil e pelo Ministério das Relações Exteriores. Se, no passado, o Itamaraty desempenhou papel fundamental na consolidação pacífica de nossas fronteiras terrestres, hoje nós nos orgulhamos de ter contribuído para mais um marco no fortalecimento de nossa Amazônia Azul".



Diretor de Hidrografia e Navegação, Vice-Almirante Marco Antônio Linhares Soares

"A partir do reconhecimento do direito de soberania do Brasil até o limite da plataforma continental, está garantido ao país avaliar a forma de melhor gerenciar essa nova região e criar e desenvolver políticas públicas alinhadas aos interesses nacionais. Entre as possibilidades, estão a exploração de hidrocarbonetos, a pesquisa científica marinha e a implementação de medidas de conservação ambiental. O país também pode utilizar a região para fortalecer sua presença militar soberana e proteger suas riquezas naturais, garantindo um desenvolvimento sustentável".



Coordenador Científico do Projeto LEPLAC, Sr. Ramsés Capilla

"A Amazônia Azul cresceu! Cresceu para o sul, cresceu para o norte, em breve crescerá para leste e o Brasil terá um outro amanhecer! Momento de orgulho e contemplação em pertencer a um time de imensa capacidade científica e profissional. Um legado supremo para nossas gerações. Por isso podemos falar: nossa Amazônia Azul cresceu!".



Diretor SGB/CPRM, Sr. Francisco Valdir Silveira

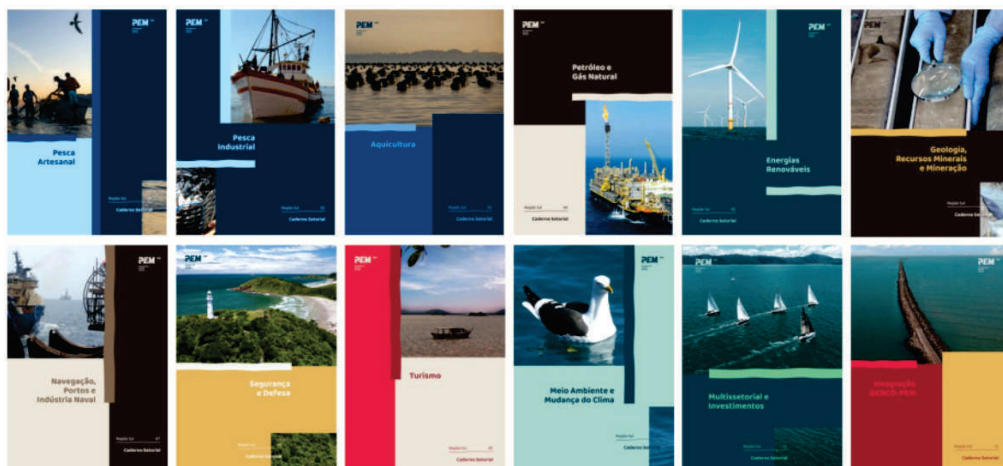
"A extensão da Margem Equatorial Brasileira reconhecida pela ONU é fruto de mais de 50 anos de pesquisas e abrange uma região estratégica que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá, "O Brasil Equatorial", onde vivem mais de 10 milhões de pessoas. Além do potencial energético, a área abriga ecossistemas essenciais, como a floresta amazônica e os manguezais, que influenciam o clima e a biodiversidade. A continuidade dos estudos é crucial para a soberania nacional e a gestão sustentável desse espaço marinho e costeiro".



Webinário sobre o Projeto-Piloto do Planejamento Espacial Marinho da Região Sul do Brasil

O Webinário sobre o Projeto-Piloto do Planejamento Espacial Marinho (PEM) da região Sul do Brasil, realizado no dia 26 de fevereiro deste ano, se desenvolveu como forma de engajamento para as oficinas que futuramente ocorrerão naquela região. O evento foi uma oportunidade para divulgar o status da implantação do PEM no Brasil, reforçando os princípios de participação e de transparência.

O encontro também teve como objetivo alinhar os próximos passos para a construção dessa importante ferramenta de gestão para a União e para os estados da região Sul. Os principais resultados do primeiro ano incluem a produção de cadernos setoriais, que abordam os diversos setores que envolvem a governança do espaço marinho, como Pesca, Aquicultura, Petróleo e Gás Natural, Energias Renováveis, Geologia e Mineração, Navegação, Portos e Indústria Naval, Segurança e Defesa, Turismo, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, além de temas Multissetoriais e a Integração do PEM com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).



Cadernos setoriais do Planejamento Espacial Marinho.

O evento contou com cerca de 260 participantes e foi conduzido pelos coordenadores do PEM do Brasil, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), além de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Codex Remote, empresa executora do projeto PEM Sul, e seus consultores. A parceria e colaboração entre as entidades envolvidas são essenciais para garantir que o PEM seja bem-sucedido e cumpra seu papel de promover um desenvolvimento marinho sustentável, alinhado com as necessidades ambientais, sociais, econômicas e de defesa.

Ipea lança estudo sobre o PEM como ferramenta de gestão

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, publicou, em março deste ano, um texto para discussão com o tema “Planejamento Espacial Marinho como Ferramenta de Gestão de Política Pública para a Amazônia Azul”. As atividades de pesquisa do Instituto fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

A divulgação de trabalhos atinentes ao Planejamento Espacial Marinho (PEM), por intermédio de Institutos, ou mesmo pela Academia, fortalece a divulgação desse tema de elevada importância para o futuro do País, bem como promove a cultura oceânica, ao fomentar na sociedade brasileira a importância da conservação e uso sustentável do oceano. Como ferramenta de gestão de políticas públicas, o PEM pode contribuir para a organização das ações estatais no desenvolvimento da região costeira e marinha, incentivando a transição para a economia azul e conferindo maior segurança jurídica aos atuais e futuros usos do mar brasileiro.

Durante a Conferência da ONU para o Oceano em 2017, o Brasil assumiu o compromisso de implementar o PEM, como política pública, até o ano de 2030. A partir de 2023, passou a ser co-coordenado pela Marinha do Brasil, por intermédio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Trata-se de um processo participativo e baseado na alocação temporal e espacial das atividades humanas em áreas marinhas, para alcançar objetivos econômicos, sociais e ecológicos.

Publicação disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16894/1/TD_3088_web.pdf



OCEATLAN XXI

Reunião da Aliança Regional para a Oceanografia no Atlântico Sudoeste Superior e Tropical



Representantes dos países participantes da OCEATLAN.

A Aliança Regional para a Oceanografia no Atlântico Sudoeste Superior e Tropical (OCEATLAN), liderada pelos Serviços Hidrográficos da Argentina, do Brasil e do Uruguai, representa o grupo regional para o Atlântico Sul dentro do programa Global Ocean Observing System (GOOS), sob a égide da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), entre os paralelos de 20°N e 42°S.

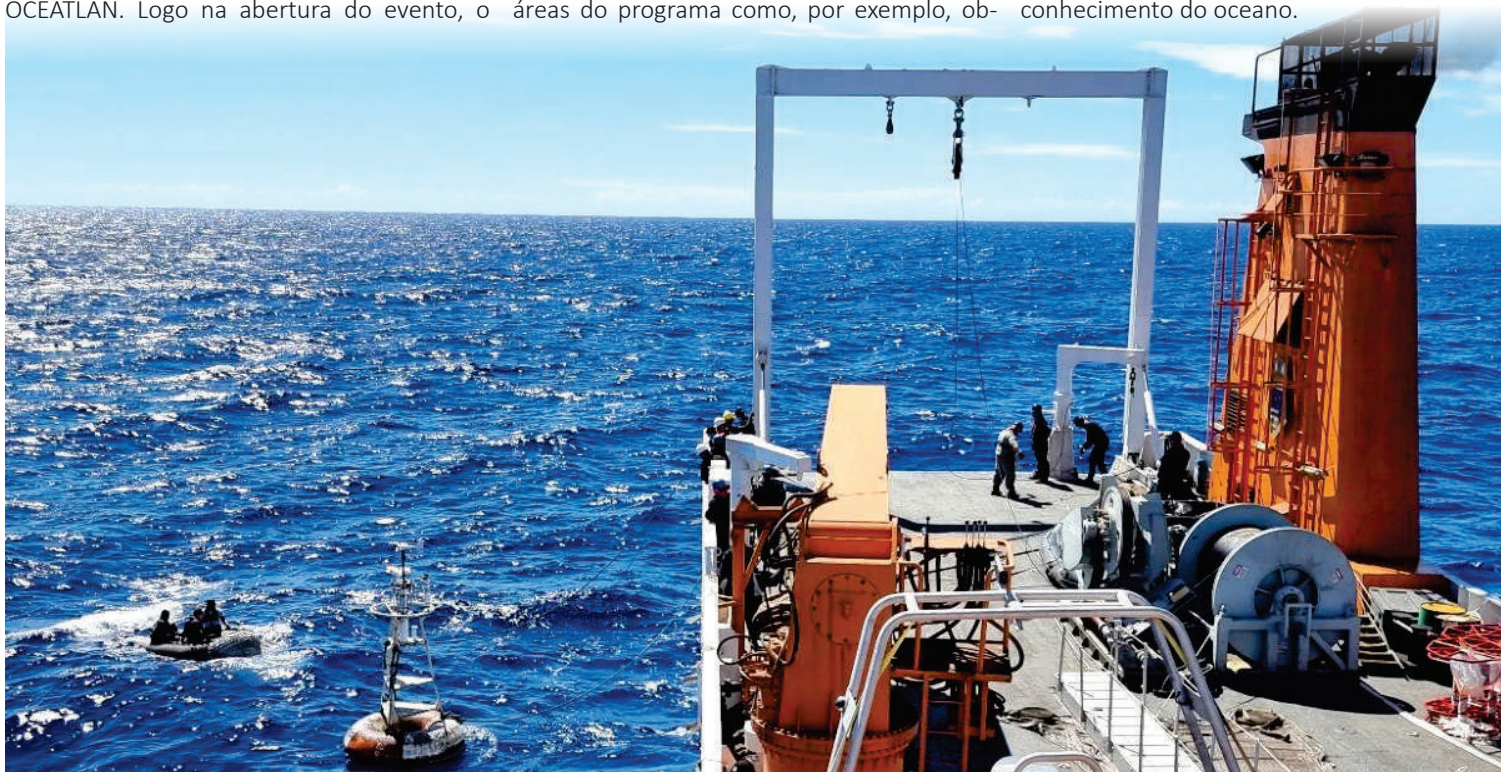
A 21ª reunião da Aliança (OCEATLAN XXI) ocorreu entre os dias 27 e 28 de março de 2025, nas dependências do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) em Niterói (RJ). O evento contou com a participação de representantes dos três países, incluindo integrantes das comissões executivas e científicas da OCEATLAN. Logo na abertura do evento, o

presidente, Vice-Almirante Marco Antônio Linhares Soares, Diretor de Hidrografia e Navegação, salientou a importância da compreensão e conservação do Atlântico Sul e Tropical destacando a relevância da colaboração científica entre os países.

Além dos Serviços Hidrográficos, outras instituições de pesquisa dos países compõem a OCEATLAN e participam de suas atividades na região. O foco principal é coordenar e facilitar o desenvolvimento e a implementação de programas de ciência oceânica, bem como fomentar iniciativas operacionais entre seus membros. De acordo com a prioridade dada por cada membro patrocinador, essas iniciativas podem abranger um amplo espectro das áreas do programa como, por exemplo, ob-

servações e serviços oceânicos, ciências oceânicas, riscos ambientais e desenvolvimento de capacidades operacionais.

Ao longo da OCEATLAN XXI foram apresentados diversos trabalhos técnicos e científicos realizados por diferentes instituições dos três países dentro da área de interesse da Aliança. As atividades em conjunto, propostas na reunião anterior, foram revistas visando a continuidade do planejamento e implementação de um sistema operacional de observação de parâmetros oceanográficos no Oceano Atlântico Sul. Ao final, foram vislumbradas novas possibilidades de colaboração entre os serviços hidrográficos e entre instituições de pesquisas tendo como objetivo o aumento do conhecimento do oceano.



Navio Hidroceanográfico "Cruzeiro do Sul" realizando manutenção de bóias meteoceanográficas.

CEPE-MB promove seminário sobre Fundos Marinhos



Foto: Primeiro-Sargento Caldeiro / Marinha do Brasil.

O Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB), em parceria com a Escola de Guerra Naval (EGN) e a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), realizou em 16 de abril de 2025, o Seminário “Fundos Marinhos: recursos, sustentabilidade e defesa”, que destacou a necessidade de proteger e explorar de forma sustentável os recursos marinhos sob jurisdição brasileira. O seminário contou com a participação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Ministério das Minas e Energia (MME), da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Escola de Guerra Naval e do Programa Fundo Oceânico da Amazônia Azul (PROFOCAZ), promovendo um espaço de diálogo interinstitucional e multidisciplinar.

O evento ocorreu em um momento estratégico, marcado pelo avanço das discussões internacionais sobre a governança dos oceanos e o aproveitamento responsável de seus recursos naturais, especialmente na área marítima sob jurisdição nacional, rica em biodiversidade e potencial energético. O conhecimento a respeito dos fundos marinhos é o ponto de partida. Conhecer esse ambiente nos permitirá compreender os sistemas e subsistemas existentes, sendo a exploração científica dos fundos marinhos uma fase fundamental para o processo.

Alguns dos temas abordados no Seminário foram: o uso sustentável dos recursos minerais e biológicos dos fundos marinhos, os avanços científicos no monitoramento ambiental e geológico, os riscos da exploração em águas profundas e os aspectos ligados à soberania e à segurança nacional.

Em suas Palavras de Boas Vindas o Presidente do Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha (CEPE-MB), o Almirante de Esquadra (RM1-FN) Paulo Martino Zuccaro, falou que o tema é de suma importância, pois, como muitos especialistas já afirmam, os fundos marinhos são a nova fronteira da Defesa.

A palestra principal foi proferida pelo Senhor Raul Jungmann, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração e ex-ministro da Defesa, que afirmou “No cenário atual, a distribuição dos minerais críticos é absolutamente assimétrica. Alguns países têm boas reservas; outros, não. Por isso, esses recursos são estratégicos, pois são fundamentais para a transição rumo a uma economia de baixo carbono”.

Para aproveitar os benefícios econômicos, sociais, segurança e defesa dos recursos vivos e não vivos dos fundos marinhos da Amazônia Azul, entre outros interesses brasileiros no mar, faz-se necessário prosseguir os debates com a sociedade brasileira, entendendo que o Brasil se encontra em um processo de identificação das possibilidades futuras.

O seminário, que foi aberto ao público externo e contou com uma audiência de aproximadamente 330 pessoas, foi uma excelente oportunidade para compartilhar ideias e preocupações com a sociedade brasileira e conhecer melhor os desafios a serem enfrentados.



Foto: Primeiro-Sargento Caldeiro / Marinha do Brasil.

Sr. Raul Jungmann, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração.

O retorno das visitas institucionais à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)



Comitiva na Estação Antártica Comandante Ferraz.

Uma comitiva chefiada pelo Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, composta por representantes do Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Defesa (MD), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Câmara dos Deputados (Frente Parlamentar Mista de Apoio ao PROANTAR), realizou uma visita institucional à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) nos dias 11 e 12 de março de 2025. Essa foi a primeira visita institucional após a inauguração da atual EACF, em janeiro de 2020.

Após o desembarque na Base Aérea Antártica "Presidente Eduardo Frei Montalva" em 11 de março, localizada na Ilha Rei George, a comitiva deslocou-se até a EACF a bordo do Navio Polar "Almirante Maximiano" (H41). Durante o trajeto, os membros da comitiva tiveram a oportunidade de interagir com a tripulação do Navio e com os pesquisadores embarcados.

Na EACF, os visitantes puderam conhecer as instalações, incluindo os laboratórios, onde acompanharam as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores. Além disso, o grupo também pôde percorrer a área externa da estação, ocasião em que tiveram contato com o ambiente singular da Antártica, com condições climáticas desafiadoras enfrentadas diariamente por pesquisadores e militares.

A visita demonstrou a importância do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e a essencial colaboração entre as entidades representadas, evidenciando o papel fundamental da Marinha do Brasil e da CIRM, no apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do país no continente antártico.



Marinha e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) firmam nova parceria para fortalecer pesquisas científicas na Antártica



Secretário da CIRM, Contra-Almirante Ricardo Jaques Ferreira, e o Reitor da UFES, Prof. Eustáquio de Castro no ato de assinatura do acordo.

A Marinha do Brasil (MB) formalizou um novo Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por meio da Fundação Espírito-Santense de Tecnologia (FEST), no dia 18 de março deste ano.

A FEST é uma instituição credenciada pela UFES, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, como Fundação de Apoio da UFES. A Universidade é reconhecida pela sua excelência e colabora com os Programas da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) há mais de 30 anos, de maneira constante, apoiando o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e o Programa de Pesquisas Científicas nas Ilhas Oceânicas (PROILHAS).

“O último relatório da Unesco mostrou que o Brasil é, hoje, o 11º colocado no mundo, em termos de produção científica em ciência oceânica. É isso que nós queremos com essa parceria: contribuir para que o Brasil ocupe, cada vez mais, posições mais relevantes no cenário internacional, no que tange à pesquisa antártica e à ciência oceânica”, afirmou o Secretário da CIRM, Contra-Almirante Ricardo Jaques Ferreira, que representou a MB no ato de assinatura do documento, em Brasília (DF).

Saiba mais sobre
PROANTAR



SECIRM e USP celebram acordo para fortalecer o Direito do Mar no Brasil

A SECIRM e a Universidade de São Paulo (USP), por intermédio do Centro de Estudos em Direito do Mar “Vicente Marotta Rangel” (CEDMAR/USP), celebraram, em 10 de abril, um Acordo de Cooperação Técnica voltado ao fortalecimento das atividades jurídicas relacionadas ao Direito do Mar.

A parceria prevê apoio mútuo na elaboração de notas técnicas, pareceres, publicações acadêmicas, eventos e ações educativas voltadas ao desenvolvimento e à difusão do conhecimento jurídico sobre o mar. A iniciativa visa consolidar a atuação institucional do Brasil na governança jurídica dos oceanos.

Reconhecido desde 2015 como centro de excelência em pesquisa jurídica e sob a direção do Prof. Dr. Wagner Menezes, o CEDMAR/USP tem se destacado pela realização de ciclos anuais de pesquisa, conduzidos por pesquisadores selecionados por meio de processo público. A atuação do centro tem contribuído de forma significativa para o avanço do Direito do Mar no Brasil e em países da América Latina.

Para o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Contra-Almirante Ricardo Jaques Ferreira, o acordo representa um passo



Coordenador do CEDMAR/USP, Prof. Wagner Menezes, assinando o acordo de cooperação.

estratégico. *“Não se trata apenas de um instrumento jurídico, mas de um compromisso institucional com o fortalecimento técnico e científico do Brasil em um campo de relevância crescente: o Direito do Mar”,* afirmou.

EACF recebe novos laboratórios para pesquisa com organismos aquáticos

A Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) atualizou suas instalações com a adição de dois novos laboratórios voltados para pesquisas com organismos aquáticos, ampliando a gama de estudos sobre as espécies antárticas. As novas estruturas vão permitir não apenas o desenvolvimento de pesquisas ao longo de todo o ano, mas também o suporte a organismos mais exigentes e a simulação de condições ambientais variadas, conforme as necessidades de cada estudo.

Novos Sistemas de Pesquisa

O primeiro laboratório foi equipado com um sistema composto por doze aquários retangulares de trinta litros, que viabilizam a manutenção e o estudo de peixes, algas, crustáceos, moluscos, cnidários e outros invertebrados marinhos. O segundo laboratório recebeu um sistema especializado para organismos planctônicos, como as formas jovens de peixes, invertebrados e o krill, espécies que não podem ser mantidas em sistemas convencionais. Ambos os laboratórios contam com tecnologias avançadas, incluindo um sistema de filtragem com filtro mecânico, biológico e desinfecção UV-C, além de capacidade para controle térmico, com aquecimento e resfriamento da água.



Aquários circulares para organismos planctônicos.

Colaboração e Planejamento

O desenvolvimento dessas novas instalações foi resultado de um intenso trabalho colaborativo entre o Instituto Oceanográfico da USP, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Marinha do Brasil e a empresa Altamar Sistemas Aquáticos. A elaboração do projeto levou cerca de um ano, envolvendo a adequação das novas estruturas às instalações existentes, o atendimento às demandas dos pesquisadores e a logística necessária para a instalação, que foi realizada no início de dezembro durante a OPERANTAR XLIII.

Programa Antártico Brasileiro promove acampamento científico internacional na Antártica



Na data em que o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) completou 43 anos foi lançado um acampamento científico na Ilha Snow Hill, localizada no Mar de Weddell, cerca de 300 quilômetros ao sul da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). O lançamento foi realizado no dia 12 de janeiro de 2025 pelo Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel”, por meio de sua aeronave orgânica, um helicóptero UH-17 pertencente ao 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, que transportou os pesquisadores e cerca de 4.000 kg de material.

Em Snow Hill, ficaram acampados seis pesquisadores, sendo cinco do PROANTAR e uma pesquisadora do Instituto Antártico Chileno

(INACH). Pela parte do PROANTAR, o projeto PALEOANTAR (Paleobiologia e Paleogeografia do Gondwana Sul: Interrelações entre Antártica e América do Sul, do Museu Nacional do Rio de Janeiro) da UFRJ, busca fornecer dados sobre a biota do passado para estabelecer as relações entre diversos aspectos da Península Antártica e a América do Sul. No caso do o projeto PALEOCLIMA-2, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, temos um estudo multidisciplinar que visa reconstruir, em alta resolução temporal, a evolução paleoclimática e paleoceanográfica da Península Antártica durante o Cretáceo tardio. Pelo INACH, a pesquisadora realizou semelhante linha de pesquisa paleoclimática e paleoceanográfica,

desenvolvendo atividades de campo na região. O recolhimento do acampamento ocorreu no dia 8 de fevereiro.

A parceria do PROANTAR com o INACH vem de longa data e reforça os laços de cooperação internacional entre o Brasil e o Chile, coadunando com os preceitos do Tratado da Antártica, regido pela liberdade científica e o espírito de cooperação entre os seus países-membros. Essas atividades de pesquisa de alta qualidade garantem aos países a posição como membros consultivos do referido Tratado, com direito a voz e veto junto a outras nações que decidem o futuro da Antártica.

Operação Antártica 2024/2025: ciência brasileira conclui mais um capítulo em um dos lugares mais inóspitos do planeta

43ª Operação Antártica (OPERANTAR XLIII) encerra fase de verão com recordes de pesquisa, desafios logísticos em condições extremas e um compromisso ambiental: retirar do Continente Branco tudo o que não pertence a ele.

A fase de verão da OPERANTAR XLIII encerrou-se em 12 de abril, com a chegada dos navios na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo de quase seis meses de intensas atividades na região austral, o Brasil mobilizou uma verdadeira força-tarefa — reunindo militares, cientistas e tecnologia de ponta — para assegurar o futuro da pesquisa nacional na Antártica.

Durante o período, os navios “Almirante Maximiano” e “Ary Rongel”, além de uma equipe formada por 165 pesquisadores brasileiros, garantiram o suporte logístico essencial à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Foram transportados 400 mil litros de óleo diesel antártico, 10 toneladas de suprimentos e diversas peças de reposição, assegurando o pleno funcionamento da estação, o desenvolvimento das pesquisas científicas e o bem-estar das equipes que operam na região.



Foto: Vitória Muraro - Bióloga - Universidade Federal do Rio Grande.



Retorno de material ao Brasil.

A operação contou ainda com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB), que realizou seis voos com aeronaves “KC-390” entre o Rio de Janeiro (RJ) e Punta Arenas, no Chile — com escala em Pelotas (RS) —, possibilitando o revezamento das equipes de pesquisa e o transporte de materiais estratégicos.

Ciência, preservação ambiental e cooperação internacional

Entre os destaques desta edição da OPERANTAR está a continuação da remoção do antigo heliponto da Estação Antártica Comandante Ferraz, conduzido por militares da Marinha do Brasil (MB). Em uma operação minuciosamente planejada, foram utilizados cortadores a plasma para o desmonte das estruturas metálicas, que resistiram por décadas às condições extremas do continente. Todo o material foi transportado de volta ao Brasil, em cumprimento ao princípio fundamental do PROANTAR de preservar o meio ambiente antártico — deixando a região exatamente como foi encontrada e removendo estruturas em desuso.

Além dos avanços logísticos e ambientais, o Brasil também reforçou seu papel no cenário internacional ao cooperar com programas antárticos de oito países, incluindo Argentina, Chile, Polônia, Rússia e Canadá, em alinhamento com os preceitos do Tratado da Antártica.

O Brasil que investiga o futuro do planeta

A Antártica é um dos territórios mais estratégicos do planeta, guardando respostas sobre o clima, os oceanos e os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente. Investir em ciência polar é, cada vez mais, uma questão de soberania, desenvolvimento e preparação para os desafios globais do futuro.



Saiba mais



Brasil é o primeiro país a assumir o compromisso de incluir a cultura oceânica em seu currículo escolar

O curso de especialização em Cultura Oceânica e Sustentabilidade lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹ representa um marco na educação brasileira, alinhado ao pioneirismo do Brasil como o primeiro país a assumir oficialmente o compromisso de incluir a cultura oceânica em seu currículo escolar. Fruto de uma parceria estratégica entre CAPES, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), o curso é ofertado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) em colaboração com sete instituições de ensino superior distribuídas ao longo do litoral nacional (UFPA, UFPE, UECE, UFAL, UNIFESP, UFSC e FURG), refletindo a diversidade sociocultural e ecológica do país.

Com carga horária de 360 horas e previsão de início no segundo semestre de 2025, a especialização está voltada a professores das redes públicas do ensino fundamental e médio. Além de abordar os fundamentos da cultura



Lançamento do Currículo Azul - estudo sobre oceano em escolas.

oceânica, a formação integra temas como a conexão entre o oceano, as regiões polares e os biomas terrestres — da Amazônia ao Pantanal, da Caatinga ao Cerrado, dos Campos Sulinos à Mata Atlântica —, explorando ainda a relação com a Economia Azul e as interdependências socioambientais. Ao final do curso, os educadores desenvolverão recursos pedagógicos como trabalhos de conclusão, os quais serão utilizados para ampliar a aprendi-

zagem nas escolas e disseminar a cultura oceânica de forma prática e acessível.

Esta iniciativa inovadora fortalece a construção do Currículo Azul e contribui para que o Brasil avance na consolidação de uma sociedade capaz de reconhecer sua conexão com o oceano, valorizar a Amazônia Azul e assumir comportamentos em prol de um futuro mais justo e sustentável.

Por: Prof. Ronaldo Adriano Christofoletti.

¹ A CAPES é uma fundação do Ministério da Educação (MEC) que tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil. Além disso, também atua na formação de professores da educação básica e na promoção da cooperação científica internacional.

Homenagem à Prof^a Dra. Rosalinda Carmela Montone

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) presta homenagem póstuma à pesquisadora Rosalinda Carmela Montone, uma das principais referências acadêmicas nos estudos sobre contaminantes orgânicos no ambiente antártico e em ilhas oceânicas brasileiras, como o Arquipélago São Pedro e São Paulo e a Ilha da Trindade. Graduada em Química pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com Mestrado em Oceanografia e Doutorado em Química Analítica, ambos pela Universidade de São Paulo (USP), Rosalinda, carinhosamente chamada de "Rosa", foi livre-docente do Instituto Oceanográfico da USP. Também foi vice-coordenadora do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia Antártico de Pesquisas Ambientais (INCT-APA), coordenadora da Rede-2 de Gerenciamento Ambiental da Baía do Almirantado, na Ilha Rei George, Antártica, e da Rede de Monitoramento Ambiental da área de influência da Estação Antártica Comandante Ferraz. Participou de mais de 20 expedições para a Antártica ao longo de quatro décadas de intensa dedicação ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Tal dedicação foi reconhecida com uma placa de homenagem do PROANTAR na comemoração dos 20 anos do programa. Rosa também coordenou projetos científicos financiados pelo CNPq e apoiados pela Marinha do Brasil nas principais ilhas oceânicas brasileiras. Sempre entusiasmada com a pesquisa, recentemente ampliou seu campo de atuação para o estudo da poluição marinha por plásticos, aplicando sua vasta expertise em Química Ambiental e Analítica. Contribuiu ativamente para a formação de uma nova geração de pesquisadores antárticos, garantindo a continuidade do monitoramento ambiental da Baía do Almirantado. Sua contribuição no campo dos poluentes orgânicos persistentes (POPs) em escala mundial foi indiscutível. Que as memórias e o legado da Dra. Rosalinda Montone, com sua incansável dedicação à ciência e ao meio ambiente, sigam a inspirar futuras gerações de pesquisadores.



☆ 1961 ✝ 2025

Por: Prof. César de Castro Martins (IO/USP) - coordenador do projeto CARBMET/PROANTAR - pesquisador orientado no Mestrado e Doutorado pela Prof^a Rosalinda.



Comissão Interministerial
para os Recursos do Mar